

Xingu sob Bolsonaro

Dados do sistema de monitoramento SIRAD X (2018 a jul de 2022)

O total desmatado nos primeiros sete meses de 2022 foi maior que o mesmo período de todos os outros anos de monitoramento do SIRAD X (2018-2021). Na bacia do Xingu, o último ano do atual governo se revela em altas taxas de desmatamento: 34% a mais em comparação a 2018, ano anterior ao início do mandato de Bolsonaro.

Em quase quatro anos de gestão, as taxas de desmatamento em toda a bacia do Xingu aumentaram significativamente, registrando um avanço inédito e expressivo sobre as Áreas Protegidas, onde a derrubada de floresta aumentou 108%.

Ao passo que o Corredor de Áreas Protegidas da bacia do Xingu comporta uma vasta diversidade socioambiental entre o cerrado e a floresta amazônica, também é atualmente o epicentro do pior cenário de desmatamento e degradação ambiental da região. **As quatro Terras Indígenas (TIs) mais desmatadas da Amazônia Legal estão na bacia do Xingu.untas, elas representam quase metade (46%) do desmatamento de todas as Terras Indígenas da Amazônia legal em 2021¹.** Dentre elas, destaca-se a Trincheira Bacajá onde ocorreu a intensificação do desmatamento em seu território a partir de 2018. O desmatamento na TI passou de 240 ha em 2017 para 3.569 ha em 2021, **um aumento de 1.387%** devido às invasões e grilagem de terras, colocando em risco a vida do povo Xikrin.

Dentre as diversas frentes de invasões que avançam pelas Áreas Protegidas do Xingu, a que representa atualmente a maior ameaça à integridade do Corredor está na região de quatro Unidades de Conservação: a Floresta Nacional (FLONA) de Altamira, Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio, Floresta Estadual (FES) do Iriri e a APA Triunfo do Xingu.

Entre janeiro e junho, um ramal ilegal de aproximadamente 43 km foi aberto na margem oeste do rio Iriri, dentro da ESEC da Terra do Meio, que corta uma área imensa de floresta nativa e pode unir duas frentes de invasão: uma saindo de Novo Progresso (PA) e outra saindo de São Félix do Xingu (PA).

Longe de ser um fato isolado, isso pode acabar com a conectividade do Corredor Xingu, fragilizando ainda mais o território que é hoje uma barreira contra o desmatamento na Amazônia Oriental.

No último mapeamento do SIRAD X, foi detectado a abertura de 286 hectares nas imediações finais dessa estrada. Em agosto, mais 992 hectares de floresta foram derrubados na região. A abertura dessa estrada pode facilitar uma via logística, conectando modais fluvial (barco) e rodoviário (caminhonete/caminhão) entre Novo Progresso e São Félix do Xingu, que constituem dois polos de criminalidade, com serriarias para beneficiamento da madeira ilegal e casas de compra de ouro dos garimpos ilegais.

A abertura de estradas ilegais também têm contribuído para o avanço do desmatamento em outros territórios protegidos, possibilitando o roubo de madeira. Entre 2018 e 2021 foram identificados mais de 3,8 mil km de ramais ilegais dentro do Corredor. Desses, 381 km de estradas foram abertos somente na Resex Riozinho do Anfrísio. O roubo das madeiras nobres, como o Ipê, tem avançado sobre essa UC nos últimos anos, provocando graves conflitos sociais, ocupando e degradando áreas de uso tradicional e intimidando os beiradeiros.

A atividade de mineração ilegal também aumentou dentro do Corredor de Áreas Protegidas.

Entre 2018 e 2021 foram abertos seis novos focos de garimpos em cinco Unidades de Conservação e dez novos focos em três Terras Indígenas, além da reativação e expansão de 11 garimpos antigos. Nas Terras Indígenas o aumento do garimpo entre 2018 e 2021 foi de 21%, com grande contribuição da TI Kayapó que é a TI mais impactada pelo garimpo na Amazônia.

¹ Fonte: PRODES. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. Desmatamento – Amazônia Legal – Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>